



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça da Paraíba  
Gabinete da Desa. Maria das Graças Morais Guedes

## ACÓRDÃO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001138-50.2012.815.0531**

**Origem** : Vara Única da Comarca de Malta  
**Relatora** : Desembargadora Maria das Graças Morais Guedes  
**Apelante** : Norma Kélia Ramalho Gomes Alves  
**Advogado** : Damião Guimarães Leite (OAB/PB nº 13.293)  
**Apelado** : Município de Condado  
**Advogado** : Taciano Fontes de Freitas (OAB/PB nº 9.366)

**APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO E DE 1/3 PARA ATIVIDADE EXTRACLASSE. IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL. PISO SALARIAL NACIONAL. MAGISTÉRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4167/DF. EFEITOS MODULADOS A PARTIR DE ABRIL DE 2011. VALOR DO VENCIMENTO PROPORCIONAL À JORNADA DE TRABALHO. ADIMPLEMENTO DEMONSTRADO. UM TERÇO DA JORNADA RESERVADO PARA ATIVIDADES EXTRACLASSE. HORAS EXTRAS INDEVIDAS. MANUTENÇÃO DO *DECISUM*. DESPROVIMENTO.**

– Não há falar em ilegalidade nos casos em que a Edilidade efetua o pagamento do piso salarial do

magistério de forma proporcional à carga horária desempenhada pelo servidor, por estar em consonância com os ditames do § 3º do art. 2º da Lei nº 11.738/2008.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos acima referenciados.

**A C O R D A** a egrégia Terceira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, à unanimidade, **em negar provimento ao apelo**.

### **RELATÓRIO.**

Trata-se de **Apelação Cível**, interposta por **Norma Kélia Ramalho Gomes Alves**, contra sentença prolatada pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Malta (fls. 118/121) que – nos autos da “*AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO E DE 1/3 PARA ATIVIDADE EXTRA-CLASSE*” por ela ajuizada em face do **Município de Condado** – julgou improcedentes os pedidos iniciais, por entender que o ente vem pagamento referido piso proporcionalmente às 30 (trinta) horas semanais trabalhadas pela professora, bem como vem observando a “*fração ideal (1/3) para as atividades extraclasse, uma vez considerando o total de 30 horas como sendo a jornada de trabalho destinou-se 10 horas como atividades extras.*”.

Em suas razões, fls. 124/127-v, sustenta que o ente vinha procedendo ao pagamento de uma jornada de 25 (vinte e cinco) horas quando deveria ser de 30 (trinta) horas semanais.

Afirma que o piso deve observar o vencimento do cargo de professor(a), não a remuneração e que houve a garantia legal do terço da jornada de trabalho para atividades extraclasse, devendo ser pago sob a forma de hora extra o tempo trabalhado em desrespeito ao mínimo

reservado ao trabalho fora da sala de aula.

Ao final, pugna pelo provimento da insurgência para, reformando o comando judicial, julgar procedente a demanda, condenando o município ao *“pagamento da diferença do pagamento piso salarial no equivalente a 05 (cinco) horas por semana ou 20 (vinte) horas por mês, já que a jornada do apelado era de apenas 25 (vinte e cinco) horas, a contar do mês de abril de 2011 até o mês anterior a implantação do cumprimento da lei do piso salarial do magistério, devidamente corrigido com juros e correção monetária”* e, ainda, ser o apelado *“condenado ao pagamento em forma de horas extras a contar do mês de abril de 2011 até o mês anterior a implantação do cumprimento da lei do piso salarial do magistério, devidamente corrigido com juros e correção monetária”*.

Contrarrazões apresentadas às fls. 131/134, para manter o *decisum*.

Cota ministerial sem manifestação meritória às fls. 141/143.

**É o relatório.**

**VOTO.**

**Exma. Desa. Maria das Graças Morais Guedes –  
Relatora.**

Inicialmente, é preciso ressaltar que a admissibilidade recursal deve ser feita com base no Código de Processo Civil de 1973, vigente à época da publicação da decisão recorrida, fl. 123, conforme já se manifestou o STJ ao publicar o enunciado a seguir:

Enunciado Administrativo Número 2: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de

admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.”

Do mesmo modo, as questões processuais do período em que o feito esteve na instância *a quo* serão analisadas utilizando como referência aquele diploma.

Pois bem.

Em segundo lugar, impende ressaltar que a Lei Federal nº 11.738/08, que instituiu piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, em seus artigos 1º e 2º, dispõe:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

E, com relação à carga horária, assim determina o artigo 2º, §4º, da legislação federal mencionada:

§ 4º. Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

Desse modo, como visto, a referida lei possui diretrizes de abrangência nacional e deve ser observada pelos Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal em seu art. 24, §1º.

Ademais, colhe-se da norma em debate que o valor fixado como piso salarial nacional é correspondente ao vencimento inicial, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.167/DF, nos seguintes termos:

“CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PACTO FEDERATIVO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA. PISO NACIONAL PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. CONCEITO DE PISO: VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO GLOBAL. RISCOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. JORNADA DE TRABALHO: **FIXAÇÃO DO TEMPO MÍNIMO PARA DEDICAÇÃO A ATIVIDADES EXTRACLASSE EM 1/3 DA JORNADA. ARTS. 2º, §§ 1º E 4º, 3º, CAPUT, II E III E 8º, TODOS DA LEI 11.738/2008.** CONSTITUCIONALIDADE. PERDA PARCIAL DE OBJETO. 1. Perda parcial do objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008). 2. **É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global.** (...)” ( STF - ADI 4167, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 27/04/2011, DJe-162 DIVULG 23-08-2011 PUBLIC 24-08- 2011 EMENT VOL-02572-01 PP-00035 RJTJRS v. 46, n. 282, 2011, p. 29-83).

Nessa esteira, tem-se como indiscutível a constitucionalidade da Lei Federal que fixou o piso nacional dos professores com base no vencimento. No entanto, o assunto em pauta deve ser analisado de forma conjunta com o que foi decidido pelo STF nos Embargos de Declaração decorrentes do julgamento da mesma ADI 4167, in verbis:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROPÓSITO MODIFICATIVO. MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DE DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. AGRAVO REGIMENTAL. EFICÁCIA DAS DECISÕES PROFERIDAS EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE QUE FOREM OBJETO DE RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PERDA DE OBJETO. PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. 1. A Lei 11.738/2008 passou a ser aplicável a partir de 27.04.2011, data do julgamento de mérito desta ação direta de inconstitucionalidade e em que declarada a constitucionalidade do piso dos professores da educação básica. Aplicação do art. 27 da Lei 9.868/2001. (...)” (ADI 4167 ED, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 27/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-199 DIVULG 08- 10-2013 PUBLIC 09-10-2013).”

Posto isso, o requerimento de pagamento de diferenças salariais deve ser analisado tomando por marco inicial a data acima mencionada, não havendo que se falar em pagamento de verbas anteriores a tal época.

Sobre o ponto, vejamos o seguinte aresto:

“REXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORA MUNICIPAL. PERDIZES. PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. LEI Nº 11.738/08. PISO SALARIAL NACIONAL. CORRELAÇÃO DO VENCIMENTO AO PISO SALARIAL NACIONAL DE MODO PROPORCIONAL À CARGA

HORÁRIA. TERMO A QUO EM 27 DE ABRIL DE 2011. ADEQUAÇÃO DA CARGA HORÁRIA. UM TERÇO DA JORNADA EM ATIVIDADES EXTRACLASSE. LEGALIDADE. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. ALTERAÇÃO E FIXAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. ARTIGO 1º-E, DA LEI N. 9.494/97, COM A REDAÇÃO DA LEI N. 11.960/09, A PARTIR DA VIGÊNCIA DO TEXTO LEGAL. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE NO REEXAME NECESSÁRIO. RECURSO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO. 1. Os professores da educação básica fazem jus ao piso nacional instituído pela Lei Federal n. 11.738/2008, com base no vencimento e de acordo com a proporcionalidade das horas/aulas semanais efetivamente cumpridas, a partir de 27 de abril 2011, conforme decidido pelo plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento dos aclaratórios opostos na ADI 4.167, que modulou os efeitos do decisum. 2. Apurada a diferença entre o valor efetivamente pago e aquele devido, por força da Lei Federal, impõe-se a condenação do ente público empregador ao saldar do quantum remanescente. 3. Nos termos do entendimento sedimentado no Excelso Pretório, é constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 (um terço) da carga horária dos docentes da educação básica para a dedicação às atividades extraclasse 4. (...). Sentença reformada em parte no reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário. (TJMG; AC-RN 1.0498.12.000521-6/001; Rel. Des. Corrêa Junior; Julg. 09/07/2013; DJEMG 19/07/2013).

Portanto, apesar da Lei acima mencionada ter sido editada em 2008, sua validade se deu a partir de 27/04/2011, por força de decisão da Máxima Corte Constitucional.

No tocante à implantação do piso nacional do magistério, faz-se necessário trazer à baila os termos da Lei Federal nº 11.738/08, que dispõe sobre o tema em disceptação, com os destaques

pertinentes à presente discussão.

Vejamos:

“Art. 1º. Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Art. 2º. O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinqüenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. § 1º. O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais. § 2º. Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional. § 3º. Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo. § 4º. Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. § 5º. As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda



Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. Art. 3º. O valor de que trata o art. 2º desta Lei passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, e sua integralização, como vencimento inicial das Carreiras dos profissionais da educação básica pública, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios será feita de forma progressiva e proporcional, observado o seguinte: I - (VETADO); II - a partir de 1º de janeiro de 2009, acréscimo de 2/3 (dois terços) da diferença entre o valor referido no art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, e o vencimento inicial da Carreira vigente; III - a integralização do valor de que trata o art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2010, com o acréscimo da diferença remanescente. § 1º A integralização de que trata o caput deste artigo poderá ser antecipada a qualquer tempo pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. § 2º Até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título, nos casos em que a aplicação do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o art. 2º desta Lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido nesta Lei.”

Da leitura dos dispositivos acima colacionados, depreende-se que o citado diploma autoriza os entes federativos, que estabelecerem carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais, a efetuarem o pagamento dos professores proporcionalmente ao previsto em lei.

Pois bem.

O acervo probatório encartado aos autos, especificamente o **art. 31 da Lei Municipal nº 362/2011 (fl. 86)** demonstra que a carga horária desempenhada pela parte autora é de 30 horas semanais, sendo 20 horas em sala de aula e 10 horas destinadas à atividade

extraclasse.

No que diz respeito aos valores percebidos a título de vencimento, as informações constantes no **contracheque acostado aos autos à fl. 19** (“Ref. 10/2011”), aponta inexistirem diferenças a serem pagas, em razão dos vencimentos estarem sendo quitados de forma proporcional à jornada de trabalho desempenhada pela parte apelante, no caso, 30 horas semanais.

Explico.

Em 2011, o piso salarial nacional dos professores foi fixado em R\$ 1.187,00 (mil, cento e oitenta e sete reais) para uma jornada de trabalho equivalente a 40 horas semanais. Assim, como a carga horária da demandante é de 30 horas por semana, seu valor deve corresponder a R\$ 890,25 (oitocentos e noventa reais e vinte e cinco centavos).

Nessa linha de raciocínio, verifica-se que o vencimento da demandante (R\$ R\$ 1.050,00) foi adimplido pelo ente municipal consoante determina a Lei nº 11.738/2008, razão pela qual não merece guarida as teses aventadas pela recorrente.

Por fim, como a Lei Municipal nº 362/2011 reservou 1/3 da carga horária do professor para atividades extraclasse, considerando que estabeleceu a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo 20 (vinte) em sala de aula e 10 (dez) horas de atividades, conforme se infere do art. 31 da referida lei, não há que se falar em pagamento de horas extras, devendo o *decisum* de improcedência deve ser mantido – conforme precedentes desta Terceira Câmara Cível, em casos análogos ao destes autos.

Confira-se:

APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO E DE 1/3

PARA ATIVIDADE EXTRACLASSE. IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL. PISO SALARIAL NACIONAL. MAGISTÉRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4167/DF. EFEITOS MODULADOS A PARTIR DE ABRIL DE 2011. VALOR DO VENCIMENTO PROPORCIONAL À JORNADA DE TRABALHO. ADIMPLEMENTO DEMONSTRADO. UM TERÇO DA JORNADA RESERVADO PARA ATIVIDADES EXTRACLASSE. HORAS EXTRAS INDEVIDAS. MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO. - Não há falar em ilegalidade nos casos em que a Edilidade efetua o pagamento do piso salarial do magistério de forma proporcional à carga horária desempenhada pelo servidor, por estar em consonância com os ditames do § 3º do art. 2º da Lei nº 11.738/2008. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00011592620128150531, 3ª Câmara Especializada Cível, Relator Juiz convocado Ricardo Vital de Almeida, j. em 27-09-2016).

APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO E DE 1/3 PARA ATIVIDADE EXTRACLASSE. IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL. PISO SALARIAL NACIONAL. MAGISTÉRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4167/DF. EFEITOS MODULADOS A PARTIR DE ABRIL DE 2011. VALOR DO VENCIMENTO PROPORCIONAL À JORNADA DE TRABALHO. ADIMPLEMENTO DEMONSTRADO. UM TERÇO DA JORNADA RESERVADO PARA ATIVIDADES EXTRACLASSE. HORAS EXTRAS INDEVIDAS. MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO. - Não há falar em ilegalidade nos casos em que a Edilidade efetua o pagamento do piso salarial do magistério de forma proporcional à carga horária desempenhada pelo servidor, por estar em consonância com os ditames do § 3º do art. 2º da Lei nº

**11.738/2008.** (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00010978320128150531, 3ª Câmara Especializada Cível, Relator Juiz convocado Ricardo Vital de Almeida, j. em 27-09-2016)

Com essas considerações, **NEGO PROVIMENTO ao recurso apelatório**, mantendo incólume a sentença vergastada.

**É como voto.**

Presidu a sessão Ordinária desta Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba realizada no dia 06 de dezembro de 2016, conforme Certidão do julgamento, o Exmo. Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides. Participaram do julgamento, a Exma. Desa. Maria das Graças Moraes Guedes (relatora), o Exmo. Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides, e o Exmo. Dr. Ricardo Vital de Almeida, Juiz convocado para substituir o Exmo. Des. José Aurélio da Cruz. Presente ao julgamento, o Exmo Dr. Rodrigo Marques da Nóbrega, Promotor de Justiça.

Gabinete no TJ/PB, em 07 de dezembro de 2016.

Desa. Maria das Graças Moraes Guedes

**RELATORA**